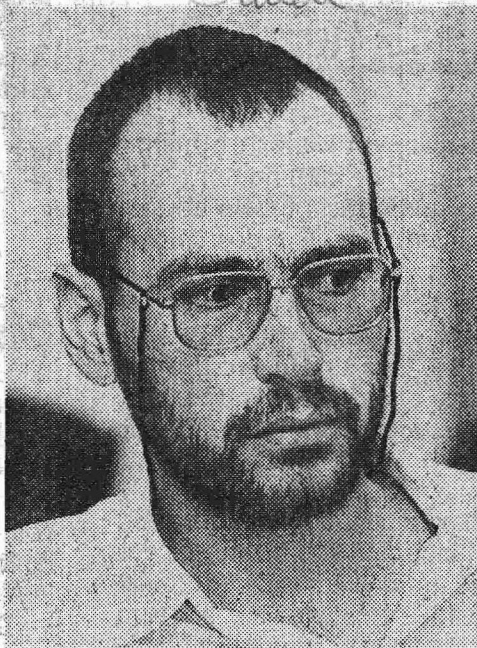




Conceição, Jorge Luís e Terezinha expuseram na Fiocruz modelo que integra comunidade e prefeitura na saúde pública

JORNAL DO BRASIL

Três histórias de sucesso do SUS

■ Betim, Curitiba e Porto Alegre acabam com filas em hospitais

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) — normalmente associado a fraudes que desperdiçam a verba do Ministério da Saúde — provocou uma pequena revolução nas unidades de saúde de Betim (MG), Curitiba e Porto Alegre. Superlotação, falta de atendimento especializado e equipamentos precários deixaram de atormentar quem procura o setor de saúde pública. Com o SUS, a população dessas cidades ganhou serviços de qualidade e passou a controlar a política de saúde da prefeituras. Representantes dos três municípios explicaram na conferência *Gestão, Participação Popular e Controle Público do SUS*, realizada na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), as transformações ocorridas em Betim, Curitiba e Porto Alegre.

A secretária de Saúde de Betim, Conceição Resende (PT), disse que a implantação do sistema no município começou no início de sua gestão, em 1993. “Nós analisamos 15 mil prontuários da rede e fizemos uma consulta com associações de moradores para descobrir quais as doenças que levavam as pessoas aos postos”, contou. Munida do resultado da pesquisa e de dados censitários, a secretária fez um mapa das doenças e organizou as áreas de atuação das 18 unidades de saúde, construídas próximo às comunidades. Nas unidades, há clínica médica, pediatria, ginecologia, enfermagem e controle de doenças como hipertensão, diabetes e hanseníase.

“Cada unidade é responsável pelo seu território e cada morador sabe aon-

de deve se dirigir”, disse Conceição. Ninguém vai ao hospital antes de ser atendido na unidade básica, o que acabou com as filas. Os casos mais graves são encaminhados aos setores especializados — saúde mental, reabilitação, centro para doente de Aids e laboratório. Foram inaugurados ainda oito clínicas odontológicas.

Outra novidade é o controle social da saúde. Os usuários das unidades, trabalhadores e o governo municipal formaram conselhos locais, compostos por 18 pessoas, e regulam os serviços de saúde de cada região. Do conselho municipal participam 24 membros, que discutem e avaliam o que foi feito no setor. As reuniões são quinzenais e nelas a população analisa a prestação de contas apresentada pela secretária. “O fundo municipal de saúde fez com que as contas da saúde fossem analisadas separadamente das finanças da prefeitura”, disse Conceição.

Em quatro anos, a taxa de mortalidade infantil em Betim caiu de 55 por mil para 25 por mil. Cerca de 80% das crianças não têm cárie. A cidade ganhou quatro UAIs (unidades de atendimento imediato), que funcionam 24 horas. Sessenta e seis por cento da população sabem como funciona o sistema e como participar dos conselhos de controle popular. Segundo a secretária, 88% aprovam o serviço. Por mês, a União investe R\$ 1,276 milhão e a prefeitura de Betim entra com 20% de seu orçamento. Conceição disse que o estado de Minas não contribui com nada.

Curitiba terminou a municipalização total da saúde este ano. A rede conta com 90 unidades básicas. Cinco funcionam 24 horas e 12 funcionam 12 horas. Há dois hospitais e oito regionais de saúde. A integrante do Fórum Popu-

lar Terezinha Mafioletti, que representa os trabalhadores, disse que hoje existem 57 conselhos locais no município. “O controle social da saúde foi uma conquista da população, apesar da falta de apoio dos prefeitos Jaime Lerner e Rafael Greca”, afirmou. Ela informou que o pagamento dos serviços no setor privado só acontece após uma auditoria nas contas.

O governo federal repassa R\$ 11,6 milhões mensalmente para Curitiba. O município destina 10% de seu orçamento à saúde, enquanto o estado investe 2%, segundo Terezinha. “Um dos problemas é que os conselheiros ainda não discutem o orçamento com a prefeitura. Nós acabamos aprovando o que eles querem”, afirmou.

Em Porto Alegre, a divisão da cidade em áreas de atuação das unidades de saúde foi concluída recentemente. Segundo Jorge Della Flora, da Secretaria de Saúde da capital gaúcha, o município incorporou a rede estadual e privada — daí o aumento de 13 para 81 nas unidades. Jorge afirmou que a participação popular foi fundamental para implantar o SUS na cidade, que conta também com o orçamento participativo. Há 11 conselhos locais, além do conselho municipal.

Segundo Jorge, o município investe 13% de seu orçamento por mês e o estado repassa 1,8%. “Eu acredito que o maior investidor nos três municípios é a prefeitura porque a pressão popular, através dos conselhos, é maior para o prefeito, que está perto dos moradores”. A secretária Conceição Resende também concorda: “Quem entra com a maior parte dos recursos são os municípios. A União está há dois anos com as tabelas do SUS congeladas”.